



2015 United Nations Forum on  
**Business and Human Rights**

Geneva - 16 - 18 November

# **RELATÓRIO IV FÓRUM ANUAL DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE EMPRESAS E DIREITOS HUMANOS:**

## **ESVAZIAMENTO DA PAUTA E POUCOS AVANÇOS**



**CENTRO DE  
DIREITOS HUMANOS  
E EMPRESAS**

## AUTORES

Luiz Carlos Silva F. Jr.  
Manoela Carneiro Roland

Entre os dias 16 e 18 de novembro aconteceu em Genebra, no Palácio das Nações, o IV Fórum Anual das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, que contou com a presença de mais de duas mil pessoas para estabelecer debates sobre a Agenda Internacional sobre o tema em diversas perspectivas.

Da mesma maneira que nas primeiras três edições, o domínio numérico e temático foi das consultorias de negócios em Empresas e Direitos Humanos, responsabilidade social corporativa e *Due Diligence*, hegemonizando os espaços de debate em discussões que giram ao entorno de políticas de boas práticas e experiências de sucesso de empresas no respeito aos Direitos Humanos.

Apesar desse eixo predominante de debate, alguns espaços de contestação foram conseguidos por organizações não governamentais e movimentos sociais, além da Missão Permanente do Equador, que construiu espaços e fortaleceu as discussões sobre o processo do Tratado Internacional<sup>1</sup>, que se iniciou em julho de 2015 com a primeira sessão do Grupo de Trabalho Intergovernamental sobre Empresas e Direitos Humanos.

<sup>1</sup> Foram organizadas três sessões sobre o processo de elaboração do Tratado Internacional. Foram elas: “The United Nations treaty process on business and human rights: business and other perspectives”, “Challenges and opportunities of a treaty to address corporate abuse of human rights”, “An international legally binding instrument on transnational corporations and other business enterprises, with respect to human rights, and the Guiding Principles on Business and Human Rights: Mutually reinforcing processes in the framework of the United Nations”.

## A SESSÃO PARALELA ORGANIZADA PELO HOMA

O Homa também organizou uma atividade junto com várias universidades, inicialmente em parceria com os professores Surya Deva (Universidade da Cidade de Hong Kong), Sheldon Leader (Universidade de Essex) e Bonita Meyersfeld (Universidade de Witwatersrand). E posteriormente, incorporando outro conjunto de instituições acadêmicas por demanda da secretaria do próprio fórum por questões operacionais.

Foram incorporados os professores Bjorn Fasterling, Karin Buhmann (BRIGHT Network), Joanne Bauer (Universidade de Columbia) e Françoise Guichard (E-dh - Entreprises pour Les Droits de l’Homme) e o título se tornou: “Cooperação através da Educação, Pesquisa e Diálogo – O Papel das Instituições Acadêmicas como Multiplicadores da Agenda Global sobre Empresas e Direitos Humanos” (*Cooperation through Education, Research & Dialogue - The Role of Academic Institutions as Multipliers of the Global BHR Agenda*)<sup>2</sup>.

Essa junção de sessões foi extremamente proveitosa, permitindo um intercâmbio maior entre as diversas instituições acadêmicas desenvolvendo pesquisas e atividades de ensino no campo dos Direitos Humanos e Empresas.

<sup>2</sup> Para acessar o programa conceitual da atividade em inglês, ver: <[http://www.ohchr.org/Documents/Issues/Business/ForumSession4/16\\_Nov\\_10\\_RoleAcademia.pdf](http://www.ohchr.org/Documents/Issues/Business/ForumSession4/16_Nov_10_RoleAcademia.pdf)>.

Durante a sua breve fala e seus comentários posteriores, a Prof. Dra. Manoela Carneiro Roland, coordenadora do Homa, explicou os trabalhos do Centro e abordou os desafios de se trabalhar nesse tema, pontuando principalmente, a orientação teórica e ideológica na qual o Homa se insere, a de que não há neutralidade científica na pesquisa (Anexo I).

Dessa forma, o Homa – Centro de Direitos Humanos e Empresas se coloca ao lado daqueles e daquelas que possuem seus direitos violados pela atividade das empresas, buscando produzir conhecimento com o fim de contribuir para a emancipação social e para o fortalecimento da luta e da resistência.

Além da problemática da necessária proximidade da academia com os movimentos sociais e vítimas de violações de Direitos Humanos colocada pela Prof. Manoela, vários outros temas e desafios foram levantados, como:

*O importante papel da academia nos processos de implementação dos Princípios Orientadores e de elaboração do Tratado Internacional sobre Empresas e Direitos Humanos;*

*Experiências de ensino de BHR (Empresas e Direitos Humanos) para estudantes universitários; a desigualdade de gênero nas empresas; e experiências de advocacia em defesa de vítimas de violações de Direitos Humanos.*

## A AGENDA DE DEBATES SOBRE A RESPONSABILIDADE DO SETOR FINANCEIRO POR VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS POR EMPRESAS

Um debate bastante presente na quarta edição do Fórum foi o da responsabilidade do setor financeiro por violações de Direitos Humanos cometidas por empresas, abordando os desafios de se desenvolver mecanismos eficazes de reparação e as diferentes dimensões de responsabilidade do ente financiador.

O tema foi abordado diretamente em duas sessões durante o evento<sup>3</sup>, e indiretamente em várias outras atividades, no entanto, os debates foram superficiais quanto aos limites da responsabilidade dos financiadores de grandes empreendimentos violadores de Direitos Humanos.

Lene Wendland<sup>4</sup> ressaltou que já está claro que os bancos que financiam projetos que violam Direitos Humanos possuem responsabilidade subsidiária pelas violações, fazendo uma interpretação ampliada do Princípio Orientador número 22<sup>5</sup>.

<sup>3</sup> “Sector-Specific Challenges: Providing Access to Effective Remedy in the Financial Sector”, “Human rights obligations of development finance institutions and the right to an effective remedy”

<sup>4</sup> Para mais informações, ver: <[https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=7&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEWiQoYyEo\\_LJAh-XJj5AKHS8fATUQFggyMAY&url=http%3A%2F%2Fwww.ohchr.org%2FDocuments%2FHRBodies%2FHRCouncil%2FWGTrans-Corp%2FSession1%2FBioLeneWendland.doc&usg=AFQjCNE2PZrQV99zrPgfWuTXg-LnBnQntA](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=7&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEWiQoYyEo_LJAh-XJj5AKHS8fATUQFggyMAY&url=http%3A%2F%2Fwww.ohchr.org%2FDocuments%2FHRBodies%2FHRCouncil%2FWGTrans-Corp%2FSession1%2FBioLeneWendland.doc&usg=AFQjCNE2PZrQV99zrPgfWuTXg-LnBnQntA)>.

<sup>5</sup> “Principio 22. Si las empresas determinan que han provocado o contribuido a provocar consecuencias negativas de-

Também foi levantada a iniciativa de desenvolvimento de uma “lista suja” de empresas e empreendimentos violadores de Direitos Humanos para o financiamento público e privado, listando aquelas empresas que possuem denúncias de violação de direitos e estabelecendo barreiras e impedimentos ao investimento. Sobre isso Jelena Stamenkova citou o exemplo do fundo de investimento PGGM, que abandonou o investimento no Walmart por violações de Direitos Humanos.

Alinhada com a perspectiva da pesquisa em desenvolvimento no Homa sobre o Financiamento Público a Grandes Empreendimentos no Brasil, Christine Kaufman fez algumas colocações bastante interessantes, traçando o quadro atual de implementação dos Princípios Orientadores pelos bancos, e concluindo que estes não estão sendo efetivamente aplicados, apesar de várias instituições dizerem que os aplicam. E que estes Princípios deveriam expressar e atender aquilo que é necessário de uma perspectiva das vítimas, e não das empresas.

Compreendemos que há um abismo estrutural entre as empresas (e entes financiadores) violadoras de Direitos Humanos e as vítimas de violações, tanto em uma perspectiva política, quanto econômica e social, e que não é possível desenvolver mecanismos eficazes de reparação e responsabilização enquanto as normativas (vinculantes ou voluntárias) não reconhecerem esse de-

---

ben repararlas o contribuir a su reparación por médios legítimos.”

sequilíbrio e se focarem nas necessidades das vítimas.

Também fizeram falas nesses painéis, representantes da Conectas, do *Bank Track*, da OCDE, do *Bank Information Center*, do Business and Human Rights Resource Center, do *Human Rights Watch*, dentre outras organizações.

## O DEBATE SOBRE O TRATADO INTERNACIONAL SOBRE EMPRESAS E DIREITOS HUMANOS

Como já mencionado anteriormente, o debate sobre o Tratado Internacional sobre Empresas e Direitos Humanos ocupou um importante espaço nessa IV edição do Fórum, e se demonstra pertinente tratar das discussões que ocorreram durante o evento pela participação do Homa na construção desse processo, fazendo parte da Campanha para o Desmantelamento do Poder das Transnacionais e pelo Fim da Impunidade<sup>6</sup>, e da *Treaty Alliance*<sup>7</sup>.

Diferentemente da edição anterior, onde o discurso predominante era a tese formulada por Ruggie sobre o rompimento do consenso e enfraquecimento dos Princípios Orientadores que o processo do Tratado acarretaria, em 2015, muito se falou sobre

---

<sup>6</sup> Ver: <<http://www.stopcorporateimpunity.org/?lang=pt-br>>. Acesso em 06.01.2015, às 16h20.

<sup>7</sup> Ver: <<http://www.treatymovement.com/>>. Acesso em 06.01.2015, às 16h22.

a relação de complementariedade entre os dois processos.

Três sessões tiveram como tema direto o Tratado Internacional, sendo estas: "*The United Nations treaty process on business and human rights: business and other perspectives*", "*Challenges and opportunities of a treaty to address corporate abuse of human rights*", e "*An international legally binding instrument on transnational corporations and other business enterprises, with respect to human rights, and the Guiding Principles on Business and Human Rights: Mutually reinforcing processes in the framework of the United Nations*".

Todas as três atividades se concentraram no último dia do Fórum, dominando as discussões do dia e pontuando de maneira contundente que o processo do Tratado irá seguir em frente, e que as discussões estão ficando cada vez mais qualificadas no que diz respeito a teses jurídicas.

A primeira atividade foi organizada pela Organização Internacional de Empregadores (IOE), e foi mediada por Linda Kromjong, dessa organização, que reforçou a preocupação dos empresários com a edição de um tratado internacional com o condão de responsabilizar empresas por violações de Direitos Humanos. A fala dela foi apoiada pelos comentários de Mthunzi Mdwaba, da IOE, e de Mark Hodge, da *Global Business Initiative* (GBI), que tentaram reproduzir o discurso de Ruggie sobre a fragilidade do processo do Tratado, por não

contar com o apoio de países importantes, como os Estados Unidos e os países da União Europeia, indicando que as chances de fracasso são grandes.

Em contraposição a essas falas, a *Chairwoman* do Grupo de Trabalho Intergovernamental para o Tratado e Representante Permanente do Equador em Genebra, Maria Fernanda Espinosa Garcés, pontuou a importância de um Tratado como esse em relação a conjuntura atual de violações de Direitos Humanos por empresas, demonstrando a disposição do Equador em dialogar com as mais diversas vozes a fim de fortalecer o debate sobre a construção desse instrumento internacional vinculante.

Também fizeram falas o Prof. Douglas Cassel, da Universidade Notre Dame, e Geneviève Paul, da Federação Internacional de Direitos Humanos (FIDH).

A segunda atividade foi organizada pela ESCR-Net e moderada por Dominic Renfrey, que se focou na iniciativa conjunta com a FIDH para realização de uma pesquisa sobre as possibilidades jurídicas do Tratado Internacional.

Participaram da sessão Vicky Tauli-Corpuz, Representante Especial das Nações Unidas para Povos Indígenas, que ressaltou a complementariedade entre os Princípios Orientadores e um Tratado, a necessidade de se incorporar as declarações e tratados internacionais sobre os direitos dos povos indígenas nas discussões e a importância fundamental da responsabilidade

extraterritorial para o desenvolvimento de um mecanismo eficaz de reparação; e Luís Espinosa-Salas, Representante da Missão Permanente do Equador, que acompanhou os argumentos de Tauli-Corpuz e pontuou que os Direitos Humanos devem ser prioridade sobre o lucro, e que hoje “Temos a oportunidade de fazermos história!”

Também fizeram contribuições nesse painel representantes da Al Haq, organização palestina, da International Baby Food Network e Debbie Stoddhart. Todos(as) reconheceram que houveram avanços com os Princípios Orientadores, mas que esses não são suficientes para proteger os Direitos Humanos e prover reparação para as vítimas, concluindo que mesmo após o lançamento dos Princípios e de vários Planos Nacionais de Ação, o quadro de violações não se alterou.

A terceira sessão sobre o Tratado foi organizada pela própria Missão Permanente do Equador, que buscou definir o tom do processo para elaboração de um Instrumento Internacional Vinculante sobre Empresas e Direitos Humanos, afirmando a complementariedade entre os dois processos em curso na área nas Nações Unidas.

A mesa foi composta pela *Chairwoman* do Grupo de Trabalho Intergovernamental, Maria Fernanda Espinosa Garcéz, por Khalil Hamdani, ex-diretor do Centro das Nações Unidas sobre Empresas Transnacionais (UNCTC), pelo advogado Richard Meeran, por Anne Van Shaik, da ONG Amigos da

Terra – Europa e por Dante Pesce, do Grupo de Trabalho da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos.

Como supramencionado, o foco do debate foi na relação complementar entre os Princípios Orientadores, de natureza voluntária, e um instrumento vinculante. A implementação dos Princípios e sua materialização através de legislações nacionais e Planos Nacionais de Ação poderiam vir a estabelecer um terreno fértil para um Tratado, que somente será aprovado a médio e longo prazo.

Além do tema do Tratado ter sido debatido nessas sessões específicas, ele foi abordado por vários outros painelistas, como Adriano Campolina, diretor executivo da *Action-Aid* Internacional, e Rafael Marques, jornalista e ativista de Direitos Humanos angolano.

Ambos falaram na Plenária de Abertura do Fórum, e foram incisivos na ineficiência dos mecanismos voluntários de Responsabilidade Social Corporativa. Campolina pontuou que “devemos ir além da retórica, do discurso dos Direitos Humanos”, sendo necessário desenvolver mecanismos vinculantes a nível nacional e internacional. Rafael Marques citou o exemplo do Kimberly Process, mecanismo voluntário de certificação da extração de diamantes, e como ele é utilizado para mascarar as violações de Direitos Humanos e para legitimar a atuação das empresas, afirmando que “não há futuro nesse modelo de negócios!”.

## ANEXO 1

Fala realizada pela Prof. Manoela Carneiro Roland durante a Sessão Paralela “Cooperação através da Educação, Pesquisa e Diálogo – O Papel das Instituições Acadêmicas como Multiplicadores da Agenda Global sobre Empresas e Direitos Humanos” – Texto original em inglês:

First of all, I would like to welcome all the special colleagues with whom we've been working together and the new ones that I am having the great opportunity to know today, sharing this event, and also the audience.

Homa - Human Rights and Business Centre of the Federal University of Juiz de Fora was created in 2012 as an Extension Project, with the support of the Ford Foundation. I would like to emphasize and thank the collaboration of Professor Sheldon Leader, our partner in this enterprise from the very beginning, given that his project, at the University of Essex, was always a mirror for us, and, therefore, our goal was to create something similar in South America, in this case, in Brazil. We would also like to stress that the choice of Centre's name was strategic, and expressed our intention to highlight human rights instead of business. In other words, the corporate activity must incorporate human rights norms as determinants of its activity, fully complying to them, and not only as externalities or

guidelines that may subsequently be framed within a logic of compensation or redress.

Our center, based in the UFJF Law School, currently has the collaboration of 28 researchers, including undergraduate students, UFJF L.L.M (Law Masters) Program students and other courses, of the same University and even teachers of different Brazilian and international academic institutions. Myself, acting as Homa's general coordinator since 2014, decided this year to split our work, based on the assessment of our ability of insertion on the theme of human rights and business, taking into account the goals we want to achieve, and also our reality, both national and international, in terms of the historical moment experienced by the global agenda on human rights and business.

Therefore, we created three major research lines, which agglutinate different research jobs. These three axis are namely: "Global dynamics of corporate activities and the deficit of accountability of companies"; public funding and major enterprises; and the Global Agenda on human rights and business. Each of these axis now counts with a Sub-coordinator, and the funding axis is conducted in partnership with a group of research in Political Economics from a fellow Federal University, in Rio de Janeiro. Such strategy guides Homa's activities, corresponding to the view we advocate for, that the theme of human rights and busi-



ness, as we name it, can only be addressed in an interdisciplinary fashion, in network, gathering all the experience already collected by other academic centers and segments of civil society, and specially the knowledge produced by the victims of human rights violations. (From the experience they have of violations)

However, methodologically, we believe to have a great challenge. This challenge is closely related to our goal, that is primarily to release studies in partnership with other academic institutions as well as sectors of the civil society and the State itself, plus the possibility of shedding light on the reality and the testimony of the victims of human rights violations themselves, which may make the accountability mechanisms of companies that commit human rights violations more efficient. In order to achieve these goals, we have made an internal evaluation and, then, accepted that the development of any academic activity must be inserted in its historical, territorial and political reality, despite the supposed and often expected “neutrality”, attributed to academic work. In truth, we question the possibility of such neutrality. Thus, the guidance choices, partnerships and studies conducted, take into account the moment and the disputes in the context of Brazilian society, involving the issue of human rights and business.

This field of study is now bustling with the approval of the Resolution 26/9 of the UN

Human Rights Council, in June 2014, enabling the initial discussions and negotiations for the drafting of a binding treaty. When we argued in favor of the Treaty, we did it, taking into account, therefore, the fact of being an academic center in Latin America, not in the Northern Hemisphere, and recognized that we are experiencing a crucial moment to increase the possibility of making business enterprises accountable, specially transnationals, who recurrently violate human rights, in our territory, in our region. Very recently we had a catastrophe in the southwest of Brazil, named Minas Gerais, involving Vale, a Brazilian transnational Corporation, where a dam has ruptured. It revealed plenty of human rights violations, already predicted, and allowed us to affirm that it was not accident.

In this way, this has brought new challenges and the need to evaluate our dialogue with different players in this field of dispute and make choices: for instance, we currently show a certain detachment with the business community; and we are closer to the civil society and to victims of human rights violations, looking for channels of further dialogue with the State, since the Brazilian Government abstained on the voting of Resolution 26/9. We seek to support the efforts to change this governmental positioning, precisely with the production of qualified research to strengthen arguments in favor of the Treaty. For such, we have already joined other

Civil Society organizations (Campaign to dismantle Corporate Power and Stop Impunity) and academic centers, strongly believing we have taken important steps on this goal.

Homa has already organized two international seminars, its latest attendants, included Professor Surya Deva, Prof. Bonita Meyersfeld, Carlos Lopez from the ICJ and Prof. Sheldon Leader. We are now preparing our third International Seminar, which will take place on next April 27th, 28th and 29th, in Rio de Janeiro.

Today, Homa acts in several fronts: studies on Business Law; identification of judicial and non-judicial mechanisms capable of giving greater effectiveness to the accountability of companies who commit human rights violations; case studies on human rights violations by companies; mon-

itoring the implementation of the guidelines of the United Nations and the production of a binding treaty on Human Rights and business, in addition to monitoring the development process of the Brazilian National Action Plan. However, above all, Homa wants to turn into a space for exchange of knowledge in its different aspects, which can broaden the understanding and sedimentation of this still incipient field, in the world and especially in Brazil: the so called field of "Business and Human Rights".

*Prof. Manoela Carneiro Roland*